



**PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA**

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 032/2025 (980921-35/2025)
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA DE SÃO LUÍS/MA
(PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 11102.000413/2025)

Torna-se público que a Vice-Prefeitura de São Luís/MA, por meio do Setor de Contratação, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento de menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 12/11/2025.

Link: <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>

Prazo para envio das propostas: 08:12 do dia 07/11/2025 às 08:12 do dia 12/11/2025.

Horário da Fase de Lances: 08:13 às 14:13.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O Objeto da presente dispensa eletrônica é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais permanentes, visando atender às necessidades da Vice-Prefeitura de São Luís-MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A contratação ocorrerá em 01(um) lote único, conforme tabela constante abaixo:

LOTE I				
Item	Catmat	Descrição dos Materiais	Und	Quant.
01	469792	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS PERMANENTES, CONFORME APÊNDICE I DO TR.	und	01

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico:

<https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão da entidade promotora do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu (s) anexo (s);

2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica,



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de Trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do serviço ofertado, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la.

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.9.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

3.9.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91;

3.9.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

3.10. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.10.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso;

3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema;

3.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das **08:13** da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor TOTAL DO LOTE.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 1,00 (um real).

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta adequada, bem como a seguinte documentação (obrigatória):

- 1. Cartão CNPJ;**
- 2. Contrato social e alterações;**
- 3. Identidade e CPF do representante legal da empresa;**
- 4. Declaração que não emprega menor (inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal/88);**
- 5. Certidão Conjunta Negativa de débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União (PGFN);**
- 6. CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;**
- 7. Certidão Negativa Trabalhista – CNDT;**
- 8. Certidão Negativa de Débito (ou Positiva com efeito de Negativa) ESTADUAL;**
- 9. Certidão Negativa de Débito (ou Positiva com efeito de Negativa) da Dívida Ativa ESTADUAL;**
- 10. Certidão Negativa de Débito MUNICIPAL;**
- 11. Atestado de capacidade técnica;**
- 12. Cadastro na CPL (instruções no site: [Cadastro de Fornecedores |Central de Licitações \(saoluis.ma.gov.br\)](http://Cadastro.deFornecedores.Central.deLicitações.saoluis.ma.gov.br));**
- 13. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.**

5.3.1. A proposta deverá ser enviada no prazo de até 2 (duas) horas após notificação.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. Deixar de apresentar ou apresentar de maneira insuficiente a documentação prevista no tópico 5.3;

5.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

definido para a contratação;

5.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

5.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

5.7.1. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente;

5.7.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração;

5.7.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam no inciso 5.3 deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.2.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor.

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.7.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2.0 fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de até 20 % (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

judicialmente.

8.4. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeiras nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público. 8.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.10. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento

9.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá seus anexos.

9.12. Em caso de divergência entre as especificações do cadastro do sistema compras.gov.br e do Termo de Referência, prevalecerá o último.

9.13. Da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

9.14. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

10. DOS ANEXOS

10.1. Integram este Aviso de Dispensa Eletrônica:

ANEXO I – Termo de Referência.

ANEXO II – Minuta de Contrato



**PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA**

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 11102.000413/2025



**PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência trata da eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais permanentes, visando atender às necessidades da Vice-Prefeitura de São Luís/MA, em conformidade com as condições e especificações, estabelecidas neste instrumento.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. O provimento de materiais permanentes é imprescindível à Vice-Prefeitura de São Luís, para suprir às necessidades do funcionamento interno, bem como para auxiliar no bom desempenho das atividades desenvolvidas por este órgão no âmbito municipal, de forma satisfatória, no que tange a garantia da qualidade dos serviços prestados perante a sociedade, promovendo eficiência, transparência e responsabilidade social.

2.2. MOTIVAÇÃO

2.2.1. Razões de direito

2.2.1.1. A contratação da empresa especializada para fornecimento de materiais permanentes encontra respaldo legal na legislação federal vigente, em especial:

- **Lei nº 14.133/2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos da administração pública, permitindo a contratação direta quando caracterizada a inviabilidade de competição ou quando a aquisição atende ao interesse público de forma eficiente.

2.2.1.2. A observância desta norma assegura que a contratação seja realizada dentro dos parâmetros legais, garantindo transparência, economicidade e eficiência administrativa.

2.2.2. Razões de fato

2.2.2.1. O uso de material permanente é de suma importância, aprimorando e assegurando dessa forma a qualidade dos serviços desempenhados neste órgão. É notório que o uso de material



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

permanente em diferentes contextos tem diversas razões baseadas em suas características e benefícios, como a durabilidade, o custo a longo prazo, a sustentabilidade, o desempenho consistente e a segurança e confiabilidade.

2.2.2.2. A aquisição desses materiais contribui para as ações desempenhadas em âmbito institucional, demonstrando preocupação com a qualidade dos serviços.

2.3. PREVISÃO NO PLANEJAMENTO

2.3.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA/2025), conforme item 17 do PCA, que consta no Portal Nacional de Contratações Públicas.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. A vigência deste instrumento será até 31 de dezembro de 2025, conforme art. 105, da Lei nº 14.133/21, tendo sua eficácia condicionada à data de sua publicação, mediante extrato, no Diário Oficial do Município, nos termos do parágrafo único do artigo 89, §1º da Lei Federal nº 14.133/21.

4. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A eventual contratação **não** utilizará o sistema de registro de preços.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. SUSTENTABILIDADE:

5.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição dos produtos/materiais, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

5.1.1.1. Que os produtos/materiais devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

5.1.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificado do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

5.1.1.3. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

5.1.1.4. Só será admitida a oferta do produto que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) A, B OU C, nos termos da Portaria INMETRO nº 18, de 15/01/2008, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

5.2. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA:

5.2.1. Não será exigida apresentação amostra.

5.3. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE:

5.3.1. Não será exigida carta de solidariedade.

5.4. CONSÓRCIO:

5.4.1. Não é admitida a participação de consórcios considerando que a Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) identificou que há no mercado múltiplos fornecedores capazes de atender a integralidade do objeto da contratação. Desse modo, fica claro que a vedação da participação de consórcios e cooperativas não comprometerá a competitividade da Dispensa.

5.5. SUBCONTRATAÇÃO:

5.5.1. A contratada não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto do Contrato Administrativo, bem como cedê-lo ou transferi-lo, no todo ou em parte, sob pena de imediata rescisão e aplicação das sanções administrativas cabíveis.

5.6. GARANTIA DA EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

5.6.1. As garantias de fabricação dos materiais permanentes devem compreender os produtos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a Vice-Prefeitura de São Luís/MA e impõe a substituição do material defeituoso.

5.6.2. A contratada responderá solidariamente com os fornecedores dos produtos/materiais (fabricante, produtor ou importador) pelos vícios de qualidade e/ou quantidade que tornem os



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

materiais permanentes irrecuperáveis, impróprios ou inadequados à utilização a que se destinam, aplicando-se subsidiariamente o artigo 12 da Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

5.6.3. A garantia não será prestada nos casos excepcionais em que ficar comprovado e devidamente atestado pela Vice-Prefeitura de São Luís/MA que a impropriedade no produtos/materiais decorreu de armazenamento inadequado no Órgão Público, mau uso, caso fortuito, força maior ou qualquer outra causa que não seja originada por defeito de fabricação ou que a contratada não seja direta ou indiretamente responsável.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. CONDIÇÕES DA ENTREGA

6.1.1. O fornecimento dos produtos/materiais deste instrumento se dará integralmente, através de solicitação prévia, o prazo de entrega é de até 20(vinte) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Fornecimento, de acordo com a solicitação do fiscal do contrato, mediante as necessidade de consumo que surgirem;

6.1.2. Caso não seja possível a entrega na data prevista, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 72(setenta e duas) horas de antecedência da entrega para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.1.3. O prazo de entrega poderá ser excepcionalmente prorrogado, desde que demonstrado o interesse público a critério da Administração;

6.1.4. Os produtos/materiais deverão ser entregues, mediante solicitação da contratante, na sede da Vice-Prefeitura de São Luís/MA, localizada na Avenida Beira Mar, parte 1, nº 500, Centro, CEP 65010-250, São Luís/MA;

6.1.5. O horário da entrega poderá ser de segunda-feira à quinta-feira das 08h00 às 18h00, e sexta-feira das 08h00 às 13h00;

6.1.6. A contratada é responsável pelo transporte e entrega dos produtos/materiais no local indicado no subitem 6.1.4;

6.1.7. No ato de entrega dos produtos/materiais deverá ser apresentada a Nota Fiscal/Fatura e cópia da respectiva Ordem de Serviço;

6.1.8. É de inteira responsabilidade do Fornecedor no momento da entrega, o descarregamento



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

dos produtos no local determinado pela Administração;

6.1.9. Os produtos/materiais adquiridos deverão ser entregues em embalagens habituais de venda, adequadas à sua conservação, com todos os itens necessários à sua utilização ou funcionamento e sem nenhum tipo de violação ou danificação;

6.1.10. O armazenamento e o transporte dos produtos/materiais deverão atender às especificações técnicas (temperatura, calor, umidade, luz) determinadas pela legislação e estar acondicionados em embalagens de fábrica, compatíveis e lacradas pelo próprio fabricante;

6.1.11. Não serão aceitos produtos/materiais que apresentem avarias de qualquer natureza, vícios de qualidade ou quantidade decorrentes de fabricação ou de transporte inadequado;

6.1.12. Não serão aceitos produtos/materiais diferentes das especificações estabelecidas neste Termo de Referência e na Proposta de Preços da contratada;

6.1.13. Por ocasião do fornecimento, os produtos/materiais deverão ser entregues de acordo como solicitado pela Vice-Prefeitura de São Luís/MA e atender às exigências no que diz respeito a prazos de entrega e de controle de qualidade, atentando-se, principalmente para as prescrições contidas no artigo 39, VIII da Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor e nos seus demais dispostos;

6.1.14. A simples entrega dos produtos/materiais não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade pelo Fiscal do Contrato ou pela Comissão de Fiscalização.

6.1.15. A contratada, deverá substituir, no todo ou em parte, às suas expensas, os produtos/materiais:

a) Reprovados no recebimento provisório, quando o dos produtos/materiais fornecido estiver em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência, na Proposta de Preços da contratada e na respectiva Ordem de Serviço;

b) Que apresentem vício redibitório que os torne impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam, dentro do prazo de validade.

6.1.16. Em caso de recusa dos produtos/materiais, será lavrado o Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela contratada no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da Notificação.

6.1.17. Caso a substituição dos produtos/materiais o recusado não ocorra no prazo determinado,



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

será considerada inexecução contratual e a contratada estará sujeita à aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, inclusive multa de mora.

6.1.18. A contratada deverá arcar com todos os custos decorrentes da substituição, inclusive as despesas de remoção e do transporte.

6.1.19. No ato de recebimento do novo material, pelo Fiscal do Contrato ou pela Comissão de Fiscalização realizará as verificações quanto aos critérios de qualidade técnica, prazos, custos e demais indicativos previstos no Termo de Referência.

6.2. DA GARANTIA E/OU VALIDADE

6.2.1. Entende-se como garantia aquela prestada pelo próprio fabricante ou por rede credenciada pelo fabricante dos referidos bens;

6.2.2. Os bens deverão possuir garantia de pelo menos 12 (doze) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo, exceto o item 1 constante no Apendice II.

6.2.3. A CONTRATADA deverá fornecer garantia total de 36 (trinta e seis meses) meses na modalidade on-site, com atendimento em, no máximo, um dia útil após o registro da ocorrência e, em caso da não resolução do problema no primeiro atendimento, com o prazo (SLA- Service Level Agreement ou, em português, ANS (Acordo de Nível de Serviço) de 1 (uma) semana corrida para a solução definitiva, para o item 1 constante no Apêndice II.

6.2.4. Os atendimentos de garantia deverão ser realizados pelo próprio fabricante ou por Assistência Técnica Autorizada.

7. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

mediante simples apostila.

7.3. A Vice-Prefeitura de São Luís/MA poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Vice-Prefeitura de São Luís/MA poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.6. As comunicações entre órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.7. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

7.7.1. O Fiscal Técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.7.2. O Fiscal Técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados; Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.7.3. O Fiscal Técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.7.5. O Fiscal Técnico do contrato comunicará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, o término



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.8. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

7.8.1. O Fiscal Administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.8.1.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o Fiscal Administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

7.8.1.2. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.9. GESTOR DO CONTRATO

7.9.1. O Gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.9.2. O Gestor do Contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.9.3. O Gestor do Contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, a autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.9.4. O Gestor do Contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado,



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.9.5. O Gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.9.6. O setor de contratação comunicará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.9.7. O Gestor do Contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DE PAGAMENTO

8.1. RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1.1. Os produtos/materiais da contratação serão recebidos nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, e será considerado aceito somente após o recebimento e análise pela CONTRATANTE, nos seguintes termos:

8.1.1.1. Provisoriamente: No prazo de 20 (vinte) dias corridos pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste instrumento e na proposta.

8.1.1.1.2. Definitivamente: No prazo de 30 (trinta) dias corridos, a partir do recebimento provisório, mediante atesto da Nota Fiscal/Fatura, após verificação da qualidade do objeto e consequente aceitação.

8.1.2. O recebimento definitivo não isenta a empresa de responsabilidades futuras quanto à qualidade dos produtos/materiais entregues, sendo que a data de sua assinatura inicia a contagem dos prazos de garantia e de pagamento.

8.2. LIQUIDAÇÃO

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

(dez) dias úteis para fins de liquidação, nos termos do art. 7º, §1º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.2.2.1. o prazo de validade;

8.2.2.2. a data da emissão;

8.2.2.3. os dados do contrato e do Órgão contratante;

8.2.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.2.2.5. o valor a pagar; e

8.2.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.2.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

8.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. PRAZO DE PAGAMENTO

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10(dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, com a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo (a) CONTRATANTE, acompanhada das certidões abaixo;

- a) Para com a Fazenda Federal, por meio da Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e a Dívida Ativa da União, assim como a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros conforme Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014, emitida pela Secretaria da Receita Federal, da sede ou domicílio da empresa;
- b) Para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa vencedora, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual e Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa vencedora, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede ou domicílio da empresa;
- c) Para com a Fazenda Municipal, por meio de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativa à atividade econômica, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal e Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede ou domicílio da empresa;



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

- d) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- e) Para com a Justiça Trabalhista, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- f) Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária;
- g) No valor a ser pago pelo fornecimento, compreende todos os serviços necessários à plena execução do objeto, abrangendo todas as despesas ao mesmo, concernentes diretas ou indiretas a materiais, mão de obra e encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, impostos, taxas e licença, custos diretos, indiretos e, enfim, quaisquer outras, ainda que não citadas, sendo a única remuneração devida ao cumprimento das obrigações ora assumidas.

8.3.2. A CONTRATADA deverá realizar cadastro junto à Central Permanente de Licitação de São Luís, através do link <https://saoluis.ma.gov.br/cpl/conteudo/127>, e também do endereço de e-mail: cfornecedorcpl@gmail.com.

8.4. FORMA DE PAGAMENTO

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, quando houver previsão.

8.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5. DO REAJUSTE

8.5.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevoluíveis no prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado.

8.5.2. Após o interregno de um ano, o índice de reajuste será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

8.6. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

8.6.1. Caberá, objetivando restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do Contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de caso fortuito ou do fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, com fulcro no art. 124, inciso II, alínea “d” da Lei nº 14.133/2021.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- a)** Entregar todos os produtos/materiais, originais e novos, conforme especificações do Termo de Referência, constantes no apêndice I, e em consonância com a proposta de preços, sob pena de impugnação dos mesmos pela fiscalização;
- b)** Entregar os objetos acondicionados adequadamente, em caixas lacradas;
- c)** Responsabilizar-se pela substituição total ou de partes, na hipótese de se constatar, quando do recebimento, os mesmos estiverem em desacordo com as especificações deste instrumento;
- d)** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa eletrônica;
- e)** Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

- f)** Apresentar à CONTRATANTE, o nome do Banco, Agência e o número da conta bancária, para efeito de crédito de pagamento das obrigações;
- g)** Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus funcionários venham a causar ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros quando da execução do contrato;
- h)** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- i)** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na Minuta de Contrato;
- j)** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- k)** Prever em seu orçamento, todas as despesas diretas e indiretas para o completo fornecimento dos materiais descritos no Termo de Referência.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

- a)** Emitir as Notas de Empenho e respectiva Ordem de Fornecimento;
- b)** Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos produtos/materiais por intermédio do Fiscal do Contrato;
- c)** Receber os produtos/materiais em conformidade com as especificações, quantidade, qualidade, prazos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços da contratada;
- d)** Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a entrega dos produtos/materiais;
- e)** Notificar a CONTRATADA, para a substituição dos produtos/materiais reprovados no recebimento provisório, conforme Termo de Recusa;
- f)** Notificar a CONTRATADA, para a substituição dos produtos/materiais que apresentarem vícios redibitórios após a assinatura do documento que formalizar o recebimento definitivo, conforme Termo de Recusa;



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

- g) Efetuar os pagamentos de acordo com a forma e prazo estabelecidos, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;
- h) Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com o fornecimento dos produtos;
- i) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- j) Aplicar as sanções administrativas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, garantida a ampla defesa e o contraditório;
- k) Fiscalizar para que, durante a vigência da Contrato Administrativo, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- l) Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que a CONTRATADA entregar fora das especificações do Termo de Referência.

11. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1.1. Será adotado o critério de **MENOR PREÇO** por **LOTE** para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no presente Instrumento.

11.1.2. Os produtos/materiais a ser adquirido enquadra-se no conceito de bem comum, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

11.1.3. No preço apresentado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta Dispensa Eletrônica, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas do pessoal da contratada, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo Fornecedor.

11.1.4. Será adotado o modo de disputa **ABERTO e FECHADO**.

11.1.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00**.

12. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

12.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

12.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CNPJ), ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), conforme o caso;

12.1.2. Documento de constituição da empresa, nos seguintes termos:

- a)** No caso de empresário individual, deverá apresentar a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b)** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c)** No caso de sociedade simples, deverá apresentar a inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- d)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.1.3. As empresas criadas no exercício financeiro da dispensa eletrônica deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

12.1.4. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

12.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.2.1. Para fins de habilitação técnica, serão exigidos os seguintes documentos:



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

12.2.1.1. Comprovação de aptidão técnica, através de atestados ou certidões por pessoa jurídica do direito público ou privado, para o fornecimento de materiais similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente;

12.2.1.2. Os Atestados deverão ser impressos em papel timbrado constando o CNPJ e endereço completo, devendo ser assinada por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função;

12.2.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

12.2.1.4. Alvará de Funcionamento.

12.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

12.3.1. Certidão conjunta expedida pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

12.3.2. Certidão negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado (Débitos Fiscais e Dívida Ativa);

12.3.3. Certidão negativa expedida pela Prefeitura Municipal, (Débitos Fiscais e Dívida Ativa).

12.3.4. CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, dentro do seu prazo de validade.

12.3.5. CNDT – Certidão de Negativa de Débito Trabalhista.

12.3.6. Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

12.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

12.4.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 90 (noventa) dias consecutivos anteriores a data de apresentação da documentação de habilitação, salvo se a mesma trazer consignado o seu prazo de validade.

12.4.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo ainda comprovar todos os demais requisitos de habilitação.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

12.4.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

12.4.4. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

12.4.5. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

12.4.6. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = - \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

12.4.7. As empresas, que apresentarem índice inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LG), deverão comprovar capital social mínimo ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.1. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

a. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 dias.

b. O atraso superior a 45 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

administrativamente no prazo máximo 30(trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9. O Contratante, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ 27.063,97 (vinte sete mil e sessenta e três reais e noventa e sete centavos), conforme custos unitários no **Apêndice II**.

15. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Municipal. Segue dotação orçamentária:

I) Gestão/Unidade: 11.102 – Vice-Prefeitura - GAVIC;

II) Fonte de Recursos: 1500000000 – Recursos Próprios;

III) Projeto/Atividade: 04.122.0403.2141 – Custeio e Investimento;

IV) Elemento de Despesa: 4.4.9052 – Equipamentos e Material Permanente;

V) Ficha: 106.

16. DOS APÊNDICES

16.1. Integram este Termo de Referência:

APÊNDICE I – Especificações Mínimas do Objeto;

APÊNDICE II – Planilha Especificações e Quantitativos;

APÊNDICE III – Modelo da Proposta;



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

São Luís/MA, 05 de novembro de 2025.

ELABORADOR:

JESSICA
NATANNA
ROCHA DA
GUIA:0481615
7336

Assinado de forma
digital por JESSICA
NATANNA ROCHA
DA
GUIA:04816157336
Dados: 2025.11.06
14:27:42 -03'00'

Jéssica Natanna Rocha Guia
Coord. Orçamento e Finanças
Matrícula nº 60996

APROVAÇÃO:

Considerando todas as informações dispostas no presente documento, APROVO o TERMO DE REFERÊNCIA, conforme estabelece a legislação vigente.

ESMENIA
MIRANDA
FERREIRA DA
SILVA:9321813
3300

Assinado de forma
digital por ESMENIA
MIRANDA FERREIRA
DA
SILVA:93218133300
Dados: 2025.11.06
14:29:40 -03'00'

Esmênia Miranda
Vice-Prefeita



**PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA**

APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO OBJETO

1- COMPUTADOR DESKTOP COMPLETO

1.1. PROCESSADOR

- 1.1.1. Processador em arquitetura x86 e x64;
- 1.1.2. Número de núcleos de CRU: 4 a 8;
- 1.1.3. Número de threads: Mínimo 12 threads;
- 1.1.4. Frequência Máxima: Mínimo 4.30 GHz;
- 1.1.5. Frequência Básica: Mínimo 2.90 GHz ;
- 1.1.6. TDP/TDP Padrão: Mínimo 65 W;
- 1.1.7. Gráfico integrado.

1.2. MEMÓRIA

- 1.2.1. Capacidade mínima: 8 GB;
- 1.2.2. Tipo DDR-4;
- 1.2.3. Frequência 2666 Mhz ou superior;
- 1.2.4. Tipo de módulo/fator de forma: UDIMM 288-pinos.

1.3. PLACA MÃE

- 1.3.1. Projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento. Não sendo, portanto, aceitas placas genéricas destinadas ao mercado comum ou equipamentos desenhados ou votados ao mercado doméstico, já que o equipamento a ser ofertado deve fazer parte de linha de produtos do fabricante, desenhada e voltada ao mercado corporativo;
- 1.3.2. Possuir chip de segurança TPM 2.0 ou superior integrado a mesma, não sendo permitido atendimento a este requisito através de software. Para uso do chip TPM deverá acompanhar solução criptografia, com gerenciamento remoto e centralizado e políticas para tipo de arquivo, diretório ou o disco todo;
- 1.3.3. Sistema de detecção de intrusão de chassis, com acionador instalado no gabinete que permita a detecção de abertura, ainda que o equipamento esteja desligado da fonte de energia.

1.4. BIOS



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

- 1.4.1.** Em português ou inglês, desenvolvida pelo próprio fabricante do equipamento ou em regime de OEM, devidamente comprovado;
- 1.4.2.** O fabricante do equipamento deverá prover em seu site da internet todas as atualizações de BIOS(informar a URL na proposta), devendo o mesmo disponibilizar ainda uma aplicação que permita realizar a mesma de forma online no sistema operacional Microsoft Windows 10 ou superior;
- 1.4.3.** Possuir capacidade de replicação de configuração de BIOS através da rede ou via pen drive USB;
- 1.4.4.** Possuir ferramenta de diagnóstico dos principais componentes da placa mãe e realizar diagnóstico de integridade de hardware para, no mínimo, processo de boot, memória e HD; A mensagem de erro gerada por este diagnóstico deverá ser o suficiente para abertura de chamado do equipamento durante o período de vigência da garantia;
- 1.4.5.** Deve possuir na BIOS o número de série do equipamento em campo editável que permita inserir identificação customizada, podendo ser consultada por software de gerenciamento;
- 1.4.6.** Deverá ser projetada para utilização no modelo ofertado;
- 1.4.7.** Desenvolvida de acordo com o padrão de segurança NIST 800-147 ou ISO/IEC 19678:2015, garantindo assim a integridade da BIOS, NIST 800-193 com capacidade de autorrecuperação e ferramenta para apagar os dados de acordo com a NIST 800-88;
- 1.4.8.** O fabricante deve ser registrado na “Membership List” do Unified Extensible Firmware Interface Fórum, acessível pelo website www.uei.org/members, estando nas categorias:”Contributors” ou “Promoters”, de forma a atestar que os seis equipamentos estão em conformidade com a especificação UEFI 2.x ou superior.

1.5. ARMAZENAMENTO

- 1.5.1.** Capacidade Mínima: 240GB;
- 1.5.2.** Performance Mínima: 500MB/s para leitura e 350MB/s para gravação.

1.6. INTERFACES

- 1.6.1.** Possuir no mínimo 02 (duas) interfaces USB frontais, podendo ser ambas do tipo USB 2.0 Tipo A (padrão) ou ambas superiores. Na parte traseira, 02(duas) interfaces com no mínimo USB 3.0 Tipo A(padão) ou superiores bem como 02(duas) USB 2.0 – não sendo permitida a utilização de hubs;
- 1.6.2.** Possuir no mínimo uma interface SATA 3 (6 Gbps), ou superior, compatível com a unidade



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

de armazenamento ofertada;

- 1.6.3.** Possuir no mínimo, 01 (uma) interface RJ – 45 Gigabit Ethernet (10/100/1000), com autosense, full-duplex, configurável por software, suporta aos padrões PXE 2.0;
- 1.6.4.** Placa de Expansão Wireless instalada; Interface; PCI Express ou M.2, -Frequência: 2.4GHz e 5GHz, IEEE 802.11ac/n/a 5GHz, IEEE 802.11B/G/N 2.4GHz, Taxa de Sinal 867Mbps em 5GHz, 400Mbps em 2.4GHz, com Bluetooth 5.0; Homologado pela ANATEL.

1.7. MONITOR

- 1.7.1.** Tela TN com retroiluminação LED ou superior;
- 1.7.2.** Dimensões do painel: 21 a 29 pol;
- 1.7.3.** Resolução: 1366x 768 a 60 Hz ou superior;
- 1.7.4.** Tempo de resposta no máximo: 5 ms;
- 1.7.5.** Brilho mínimo: 200cd/m²;
- 1.7.6.** Contraste mínimo: 600:1;
- 1.7.7.** Ângulo de visão horizontal mínimo 176 graus ou superior;
- 1.7.8.** Ângulo de visão vertical mínimo 176 graus ou superior;
- 1.7.9.** Suporte para exibição de pelo menos 16,2 milhões de cores;
- 1.7.10.** Deve acompanhar 01(um) cabo de alimentação novo padrão de tomada elétrica NBR 14136 e 01 (um) cabo de vídeo HDMI ou DISPLAY PORT;
- 1.7.11.** Fonte de alimentação obrigatoriamente interna ao gabinete, 110/220 volts e com comutação automática de voltagem;
- 1.7.12.** Monitor deve seguir padrão de cores do computador ofertado e marca do fabricante do microcomputador deve constar no monitor na parte frontal do mesmo com “serigrafia” ou similar. Não serão aceitas etiquetas adesivas.

1.8. GABINETE

- 1.8.1.** Possuir capacidade para instalação de no mínimo 2 (duas) unidade de armazenamento (padrões HD's SATA III ou SSD M2)internas ao gabinete;
- 1.8.2.** Sistema de antifurto composto de local para travamento mecânico com cadeado e sensor de intrusão, impedindo assim os acessos indevidos ao interior do gabinete e furto de seus componentes internos. Deve fazer parte do projeto original do gabinete. Não será aceito adaptações no gabinete para atendimento deste item;
- 1.8.3.** Possuir botão liga/desliga; possuir indicadores na parte frontal de liga/desliga e acesso ao disco rígido;



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

- 1.8.4.** Possuir conectores multimídia divididos em 1 (um) Mic-in e 1 (um) Headphone-out na parte frontal do gabinete ou em substituição um conector padrão Combo, para facilitar o uso de microfones e fones de ouvido.

1.9. SISTEMA OPERACIONAL

- 1.9.1.** Instalado: Microsoft Windows 10 Pro, ou superior;
1.9.2. Português Brasil, Licenciado.

1.10. TECLADO

- 1.10.1.** Teclado USB multimídia preto seguindo o mesmo padrão do fabricante do desktop – em português (padrão ABNT);

1.11. MOUSE

- 1.11.1.** Mouse UBS preto óptico com no mínimo 1.500 DPI's seguindo o mesmo padrão do fabricante do desktop;
1.11.2. Acompanhar todos os cabos, acessórios, certificados, teclado USB ABNT e Mouse USB.
1.11.3. A CONTRATADA deverá fornecer a garantia total de 36 (trinta e seis) meses na modalidade on-site, com atendimento em, no máximo, um dia útil após o registro da ocorrência e, em caso da não resolução do problema no primeiro atendimento, com o prazo de (SLA) de 1 (uma) semana corrida para a solução definitiva.

2. ESTABILIZADOR

- 2.1.** Potência: 300VA;
2.2. Tensão de entrada: 110/220V;
2.3. Tipo: Interno com 4 estágios de estabilização;
2.4. Tensão de saída: 115V;
2.5. Frequência: 60 Hz;
2.6. Quantidade de tomadas saída: 4 tomadas no padrão NBR 14136 ;
2.7. Led: indica o modo de operação da rede e funcionamento do estabilizador.

2.8. Proteções

- 2.8.1.** Curto-circuito;
2.8.2. Surtos de tensão (descarga elétrica);
2.8.3. Sub/sobretensão de rede. Nestas ocorrências, o estabilizador desliga e restaura as suas atividades automaticamente no retorno da energia elétrica;
2.8.4. Sobreaquecimento com desligamento automático;
2.8.5. Sobrecarga com desligamento automático;



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

- 2.8.6. Garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses com assistência local;
- 2.8.7. A empresa fabricante do equipamento deverá prover assistência técnica;
- 2.8.8. Garantia total de 36 (trinta e seis) meses na modalidade on-site, com atendimento em, no máximo, um dia útil após o registro da ocorrência e, em caso de não resolução do problema no primeiro atendimento, com o prazo (SLA) de 1 (uma) semana corrida para a solução definitiva.

3. CADEIRA ESCRITÓRIO, TIPO I

- 3.1. Material Estrutura: Aço;
- 3.2. Material Revestimento Assento/Encosto: Couro ecológico e Poliéster;
- 3.3. Tipo de base: Giratória com 5 rodízios;
- 3.4. Tipo de Encosto: Regulável;
- 3.5. Apoio Braço: Com braços reguláveis;
- 3.6. Cor: preta;
- 3.7. Características adicionais: Encosto em Tela.

4. CADEIRA ESCRITÓRIO, TIPO II

- 4.1. Material Estrutura: Aço;
- 4.2. Material Assento/Encosto: Compensado, espuma injetada;
- 4.3. Material Revestimento Assento/Encosto: Polipropileno, espuma injetada;
- 4.4. Densidade espuma Assento/Encosto: Média;
- 4.5. Tipo de base: Fixa;
- 4.6. Tipo de Encosto: Fixo;
- 4.7. Apoio Braço: Sem braços;
- 4.8. Cor: preta;
- 4.9. Características adicionais: Estrutura Cromado, 4 Pés.

5. CADEIRA ESCRITÓRIO, TIPO III

- 5.1. Material Estrutura: Aço;
- 5.2. Material Assento/Encosto: Tecido/Espuma Injetada;
- 5.3. Material Revestimento Assento/Encosto: Polipropileno, Espuma Injetada;
- 5.4. Densidade espuma Assento/Encosto: Média;
- 5.5. Tipo de base: Giratória com 5 rodízios;
- 5.6. Tipo de Encosto: Regulável;



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

5.7. Apoio Braço: Sem braços;

5.8. Cor: preta;

5.9. Características adicionais: Com regulagem de assento e encosto verticais.

6. MESA ESCRITÓRIO

6.1. Material Estrutura: Aço;

6.2. Material Tampo: Aglomerado MDF;

6.3. Quantidade de gavetas: 02 und;

6.4. Tipo de Gaveta: Com chave;

6.5. Dimensões: Largura 0,70m x Altura 0,74m;

6.6. Comprimento: 1,20m;

6.7. Acabamento Estrutura: Pintado.

7. APARELHO AR CONDICIONADO, TIPO I

7.1. Capacidade Refrigeração: 9.000btus;

7.2. Tensão: 220V;

7.3. Tipo: Split Hi Wall;

7.4. Características Adicionais: 1 Controle Remoto S/Fio, inverter.

8. CADEIRA ESCRITÓRIO, TIPO IV

8.1. Material Estrutura: Resina Termoplástica injetada;

8.2. Material Assento: Compensado/Espuma Injetado;

8.3. Material Encosto: Polipropileno telado;

8.4. Tipo de base: Giratória com 5 rodízios;

8.5. Tipo de Encosto: : Espaldar alto c/ apoio de cabeça;

8.6. Apoio Braço: Braços Reguláveis;

8.7. Cor: Preta;

8.8. Características Adicionais: Encosto de cabeça e suporte lombar, quantidade pés: 5 un, dimensões assento: 450 x 490 mm, dimensões encosto: 450 x 560 mm.

9. APARELHO AR CONDICIONADO, TIPO II

9.1. Capacidade Refrigeração: 18.000btus;

9.2. Tensão: 220V;



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

9.3. Tipo: Split Hi Wall;

9.4. Características Adicionais: 1 Controle Remoto S/Fio, inverter.

10. MICROFONE, TIPO: DE LAPELA

10.1. Fonte de Alimentação : Energia elétrica;

10.2. Número de baterias: 4 C baterias necessárias. (inclusas) ;

10.3. Resposta de frequência;

10.4. Alcance até 300 m (1.000 ft) ;

10.5. Sensibilidade de áudio: 115 dB;

10.6. Padrão: Omnidirecional;

10.7. Número de Unidades: 1;

10.8. Baterias inclusas: sim;

10.9. Bateria recarregável: sim;

10.10. Conexões: sem fio;

10.11. Número de Canais: 2;

10.12. Relação sinal-ruído: 70;

10.13. Acessórios: RX *2TX , Estojo de carregamento, clipe magnético, clipe traseiro magnético, adesivo;

10.14. Características Especiais: Controle Inteligente do Cancelamento de Ruído, Compatível com Câmera, iPhone, Android, PC ao Vivo-Preto.

11. ARMÁRIO EM AÇO

11.1. Material Estrutura: Aço;

11.2. Quantidade de Portas: 02 (duas) und;

11.3. Tipo: Alto;

11.4. Portas: Puxador Cromado;

11.5. Pintura: Eletrostática a Pó;

11.6. Altura: 1,98m, Largura: 0,90m, Profundidade: 0,40m;

11.7. Quantidade de Prateleiras: 7 internas reguláveis.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

APÊNDICE II - PLANILHA DESCRITIVA E ORÇAMENTÁRIA

LOTE I					
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS – EXPEDIENTE	UND	QUANT.	VALOR TOTAL DO LOTE
01	469792	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS PERMANENTES	Und	01	R\$ 27.063,97

ESPECIFICAÇÕES

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	469792	MICROCOMPUTADOR, DESCRIÇÕES COMPLEMENTARES CONSTANTES NO APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA.	UND	02	R\$ 4.200,00	R\$ 8.400,00
2	252505	ESTABILIZADOR, DESCRIÇÕES COMPLEMENTARES CONSTANTES NO APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA.	UND	01	R\$ 103,81	R\$ 103,81
3	484080	CADEIRA ESCRITÓRIO, TIPO I, DESCRIÇÕES COMPLEMENTARES CONSTANTES NO APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA.	UND	05	R\$ 586,00	R\$ 2.930,00
4	475805	CADEIRA ESCRITÓRIO, TIPO II, DESCRIÇÕES COMPLEMENTARES CONSTANTES NO APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA.	UND	03	R\$ 171,49	R\$ 514,47
5	298509	CADEIRA ESCRITÓRIO, TIPO III, DESCRIÇÕES COMPLEMENTARES CONSTANTES NO APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA.	UND	02	R\$ 560,00	R\$ 1.120,00
6	262906	MESA ESCRITÓRIO, DESCRIÇÕES COMPLEMENTARES CONSTANTES NO APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA.	UND	04	R\$ 322,00	R\$ 1.288,00
7	458194	APARELHO AR CONDICIONADO, TIPO I, DESCRIÇÕES COMPLEMENTARES CONSTANTES NO APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA.	UND	01	R\$ 1.652,00	R\$ 1.652,00
8	625040	CADEIRA ESCRITÓRIO, TIPO IV, DESCRIÇÕES COMPLEMENTARES CONSTANTES NO APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA.	UND	01	R\$ 1.140,00	R\$ 1.140,00
9	458191	APARELHO AR CONDICIONADO, TIPO II, DESCRIÇÕES COMPLEMENTARES CONSTANTES NO APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA.	UND	01	R\$ 2.875,78	R\$ 2.875,78
10	611519	MICROFONE, TIPO: DE LAPELA, DESCRIÇÕES COMPLEMENTARES CONSTANTES NO APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA.	UND	01	R\$ 982,91	R\$ 982,91
11	390668	ARMÁRIO, MATERIAL:CHAPA DE AÇO, TIPO:ALTO, QUANTIDADE PORTAS:2 UN, TIPO PORTAS:PUXADOR CROMADO, COM SISTEMA VENTILAÇÃO, ACABAMENTO SUPERFICIAL:PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, COR:BEGE, ALTURA:1,98 M, LARGURA:0,90 M, PROFUNDIDADE:0,40 M, QUANTIDADE PRATELEIRAS:7 INTERNAS REGULÁVEIS COM 47 ESCANINHOS CADA, TIPO BORDAS:RETA	UND	03	R\$ 2.019,00	R\$ 6.057,00



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

APÊNDICE III - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Apresento a Proposta de Preços para a eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais permanentes, para atender às demandas da Vice- Prefeitura de São Luís/MA, conforme especificações, quantidades e condições gerais contidas no Termo de Referência, já inclusos todos os custos necessários tais como impostos, taxas, tributos, seguros e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto em questão.

RAZÃO SOCIAL:

ENDEREÇO:

CNPJ:

APÊNDICE I - PLANILHA DESCRITIVA E ORÇAMENTÁRIA

LOTE I					
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS – EXPEDIENTE	UND	QUANT.	VALOR TOTAL DO LOTE
01	469792	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS PERMANENTES	Und	01	

ESPECIFICAÇÕES

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	MARCA	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	469792	MICROCOMPUTADOR, DESCRIÇÕES COMPLEMENTARES CONSTANTES NO APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA.	UND	02			
2	252505	ESTABILIZADOR, DESCRIÇÕES COMPLEMENTARES CONSTANTES NO APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA.	UND	01			
3	484080	CADEIRA ESCRITÓRIO, TIPO I, DESCRIÇÕES COMPLEMENTARES CONSTANTES NO APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA.	UND	05			
4	475805	CADEIRA ESCRITÓRIO, TIPO II, DESCRIÇÕES COMPLEMENTARES CONSTANTES NO APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA.	UND	03			
5	298509	CADEIRA ESCRITÓRIO, TIPO III, DESCRIÇÕES COMPLEMENTARES CONSTANTES NO APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA.	UND	02			
6	262906	MESA ESCRITÓRIO, DESCRIÇÕES COMPLEMENTARES CONSTANTES NO APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA.	UND	04			
7	458194	APARELHO AR CONDICIONADO, TIPO I, DESCRIÇÕES COMPLEMENTARES CONSTANTES NO APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA.	UND	01			
8	625040	CADEIRA ESCRITÓRIO, TIPO IV, DESCRIÇÕES COMPLEMENTARES CONSTANTES NO APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA.	UND	01			
9	458191	APARELHO AR CONDICIONADO, TIPO II, DESCRIÇÕES COMPLEMENTARES CONSTANTES NO APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA.	UND	01			



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

10	611519	MICROFONE, TIPO: DE LAPELA, DESCRIÇÕES COMPLEMENTARES CONSTANTES NO APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA.	UND	01			
11	390668	ARMÁRIO, MATERIAL:CHAPA DE AÇO, TIPO:ALTO, QUANTIDADE PORTAS:2 UN, TIPO PORTAS:PUXADOR CROMADO, COM SISTEMA VENTILAÇÃO, ACABAMENTO SUPERFICIAL:PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, COR:BEGE, ALTURA:1,98 M, LARGURA:0,90 M, PROFUNDIDADE:0,40 M, QUANTIDADE PRATELEIRAS:7 INTERNAS REGULÁVEIS COM 47 ESCANINHOS CADA, TIPO BORDAS:RETA	UND	03			

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ ____ (____).

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: (____) dias. Mínimo de 60(sessenta) dias.

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: Conforme minuta de contrato.

DADOS BANCÁRIOS:

Local, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do responsável legal da empresa



**PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA**

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 11102.000413/2025



**PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA**

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº _____

DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº _____

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11102.000413/2025

**TERMO DE CONTRATO Nº ____/____,
DECORRENTE DA DISPENSA ELETRÔNICA
QUE FAZEM ENTRE SI A VICE-
PREFEITURA DE SÃO LUÍS/MA E A
EMPRESA _____.**

A VICE-PREFEITURA DE SÃO LUÍS/MA, com sede na Avenida Beira Mar, Parte 1, nº 500, Centro, CEP 65010-070, na cidade de São Luís/MA, inscrita no CNPJ nº 06.307.102/0001-30, neste ato representado pela Vice-Prefeita de São Luís, Sra. **ESMÊNIA MIRANDA FERREIRA DA SILVA**, portadora da carteira de identidade nº 000074640197-3, expedida pela SSP/MA e CPF nº 932.181.333-00, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediado na _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo (a) _____, portador (a) da carteira de identidade nº _____, expedida pela _____ e CPF nº _____, tendo em vista o que consta no Processo administrativo nº _____ e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial o art, 75, II, (Dispensa de Licitação) resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa Eletrônica de Licitação nº _____, mediante as seguintes cláusulas e condições:



PREFEITURA DE SÃO LUÍS VICE-PREFEITURA

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais permanentes, visando atender as necessidades da Vice-Prefeitura de São Luís/MA, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo ao Processo Administrativo de nº _____.

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.2.2. A proposta do CONTRATADO;

1.2.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. Discriminação do objeto:

1. COMPUTADOR DESKTOP COMPLETO

1.1. PROCESSADOR

1.1.1. Processador em arquitetura x86 e x64;

1.1.2. Número de núcleos de CRU: 4 A 8;

1.1.3. Número de threads: Mínimo 12 threads;

1.1.4. Frequência Máxima: Mínimo 4.30 GHz;

1.1.5. Frequência Básica: Mínimo 2.90 GHz;

1.1.6. TDP/TDP Padrão: Mínimo 65 W;

1.1.7. Gráfico Integrado.

1.2. MEMÓRIA

1.2.1. Capacidade Mínima: 8 GB;

1.2.2. Tipo DDR-4;

1.2.3. Frequência 2666 Mhz ou superior;

1.2.4. Tipo de módulo/fator de forma: UDIMM 288-pinos.

1.3. PLACA MÃE

1.3.1. Projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento. Não sendo, portanto, aceita placas genéricas destinadas ao mercado comum ou equipamentos desenhados ou voltados ao mercado doméstico, já que o equipamento a ser ofertado deve



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

VICE-PREFEITURA

fazer parte de linha de produtos do fabricante, desenhada e voltada ao mercado corporativo;

1.3.2. Possuir chip de segurança TPM 2.0 ou superior integrado a mesma, não sendo permitido atendimento a este requisito através de software. Para uso do chip TPM deverá acompanhar solução criptografia, com gerenciamento remoto e centralizado e políticas para tipo de arquivo, diretório ou o disco todo;

1.3.3. Sistema de detecção de intrusão de chassis, com acionador instalado no gabinete que permita a detecção de abertura, ainda que o equipamento esteja desligado da fonte de energia.

1.4. BIOS

1.4.1. Em português ou inglês, desenvolvida pelo próprio fabricante do equipamento ou em regime de OEM, devidamente comprovado;

1.4.2. O fabricante do equipamento deverá prover em seu site da internet todas as atualizações de BIOS (informar a URL na proposta), devendo o mesmo disponibilizar a mesma de forma online no sistema operacional Microsoft Windows 10 ou superior;

1.4.3. Possuir capacidade de replicação de configuração de BIOS através da rede ou via pen drive USB;

1.4.4. Possuir ferramenta diagnóstico dos principais componentes da placa mãe e realizar diagnóstico de integridade de hardware para, no mínimo, processo de boot, memória e HD; A mensagem de erro gerada por este diagnóstico deverá ser o suficiente para abertura de chamado do equipamento durante o período de vigência da garantia;

1.4.5. Deve possuir na BIOS o número de série do equipamento em campo editável que permita inserir identificação customizada, podendo ser consultada por software de gerenciamento;

1.4.6. Deverá ser projetada para utilização no modelo ofertado;

1.4.7. Desenvolvida de acordo com o padrão de segurança NIST 800-147 ou ISSO/IEC 19678:2015, garantindo assim a integridade da BIOS, NIST 800-193 com capacidade de autorrecuperação e ferramenta para apagar os dados de acordo com a NIST 800-88;

1.4.8. O fabricante deve ser registrado na “Membership List” do Unified Extensible Firmware Interface Fórum, acessível pelo website www.uei.org/members, estando nas categorias: “Contributors” ou “Promoters”, de forma a atestar que os seis equipamentos estão em conformidade com a especificação UEFI 2.x ou superior;



PREFEITURA DE SÃO LUÍS VICE-PREFEITURA

1.5. ARMAZENAMENTO

1.5.1. Capacidade Mínima: 240 GB;

1.5.2. Performance Mínima: 500 MB/s para leitura e 350MB/s para gravação.

1.6. INTERFACES

1.6.1. Possuir no mínimo 02 (duas) interfaces USB frontais, podendo ser ambas do tipo USB 2.0 Tipo A (padrão) ou ambas superiores. Na parte traseira, 02 (duas) interfaces com no mínimo USB 3.0 Tipo A (padrão) ou superiores bem como 02 (duas)USB 2.0 – não sendo permitida a utilização de hubs;

1.6.2. Possuir no mínimo uma interface SATA 3 (6 Gbps), ou superior, compatível com a unidade de armazenamento ofertada;

1.6.3. Possuir no mínimo, 01 (uma) interface RJ – 45 Gigabit Ethernet (10/100/1000), com autosense, full-duplex, configurável por software, suporta aos padrões PXE 2.0;

1.6.4. Placa de Expansão Wireless instalada; Interface; PCI Express ou M.2, - Frequência: 2.4 GHz e 5GHz, IEEE 802.11 ac/n/a 5GHz, IEEE 802.11B/G/N 2.4 GHz, Taxa de Sinal 867Mbps em 5GHz, 400Mbps em 2.4 GHz, com Bluetooth 5.0; Homologado pela ANATEL.

1.7. MONITOR

1.7.1. Tela TN com retroiluminação LED ou superior;

1.7.2. Dimensões do painel: 21 a 29 pol;

1.7.3. Resolução: 1366x 768 a 60 Hz ou superior;

1.7.4. Tempo de resposta no máximo: 5ms;

1.7.5. Brilho mínimo: 200cd/m²;

1.7.6. Contraste mínimo: 600:1;

1.7.7. Ângulo de visão horizontal mínimo 176 graus ou superior;

1.7.8. Ângulo de visão vertical mínimo 176 graus ou superior;

1.7.9. Suporte para exibição de pelo menos 16,2 milhões de cores;

1.7.10. Deve acompanhar 01 (um) cabo de alimentação novo padrão de tomada elétrica NBR 14136 e 01(um) cabo de vídeo HDMI ou DISPLAY PORT;

1.7.11. Fonte de alimentação obrigatoriamente interna ao gabinete, 110/220 volts e com comutação automática de voltagem;



PREFEITURA DE SÃO LUÍS VICE-PREFEITURA

1.7.12. Monitor deve seguir padrão de cores do computador ofertado e marca do fabricante do microcomputador deve constar no monitor na parte frontal do mesmo com “serigrafia” ou similar. Não serão aceitas etiquetas adesivas.

1.8. GABINETE

1.8.1 Possuir capacidade para instalação de no mínimo 2 (duas) unidade de armazenamento (padrões HD's SATA III ou SSD M2) internas ao gabinete;

1.8.2. Sistema de antifurto composto de local para travamento mecânico com cadeado e sensor de intrusão, impedindo assim os acessos indevidos ao interior do gabinete e furto de seus componentes internos. Deve fazer parte do projeto original do gabinete. Não será aceito adaptações no gabinete para atendimento deste item;

1.8.3. Possuir botão liga/desliga; possuir indicadores na parte frontal de liga/desliga e acesso ao disco rígido;

1.8.4. Possuir conectores multimídia divididos em 1 (um) Mic-in e 1 (um) Headphone-out na parte frontal do gabinete ou em substituição um conector padrão Combo, para facilitar o uso de microfones e fones de ouvido.

1.9. SISTEMA OPERACIONAL

1.9.1. Instalado: Microsoft Windows 10 Pro ou superior;

1.9.2. Português Brasil, Licenciado.

1.10. TECLADO

1.10.1. Teclado USB multimídia preto seguindo o mesmo padrão do fabricante do desktop – em português (padrão ABNT);

1.11. MOUSE

1.11.1. Mouse UBS preto óptico com no mínimo 1.500 DPI's seguindo o mesmo padrão do fabricante do desktop;

1.11.2. Acompanhar todos os cabos, acessórios, certificados, teclado USB ABNT e mouse USB.

1.11.3. A CONTRATADA deverá fornecer a garantia total de 36 (trinta e seis) meses na modalidade on-site, com atendimento em no máximo, um dia útil após o registro da ocorrência e, em caso da não resolução do problema no primeiro atendimento, com o prazo de (SLA) de 1 (uma) semana corrida para a solução definitiva.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS VICE-PREFEITURA

2. ESTABILIZADOR

- 2.1. Potência: 300VA;
- 2.2. Tensão de entrada: 110/220V;
- 2.3. Tipo: Interno com 4 estágios de estabilização;
- 2.4. Tensão de saída: 115V;
- 2.5. Frequência: 60 Hz;
- 2.6. Quantidade de tomadas saída: 4 tomadas no padrão NBR 14136;
- 2.7. Led: indica o modo de operação da rede e funcionamento do estabilizador.

2.8. Proteções

- 2.8.1. Curto-circuito;
- 2.8.2. Surtos de tensão (descarga elétrica);
- 2.8.3. Sub/sobretensão de rede. Nestas ocorrências, o estabilizador desliga e restaura as suas atividades automaticamente no retorno da energia elétrica;
- 2.8.4. Sobreaquecimento com desligamento automático;
- 2.8.5. Sobrecarga com desligamento automático;
- 2.8.6. Garantia: mínima de 36 (trinta e seis) meses com assistência legal;
- 2.8.7. A empresa fabricante do equipamento deverá prover assistência técnica;
- 2.8.8. Garantia total de 36 (trinta e seis) meses na modalidade on-site, com atendimento em, no máximo, um dia útil após o registro da ocorrência e, em caso de não resolução do problema no primeiro atendimento, com prazo (SLA) de 1 (uma) semana corrida para a solução definitiva.

3. CADEIRA ESCRITÓRIO, TIPO I

- 3.1. Material Estrutura: Aço;
- 3.2. Material Revestimento Assento/Encosto: Couro ecológico e Poliéster;
- 3.3. Tipo de base: Giratória com 5 rodízios;
- 3.4. Tipo de Encosto: Regulável;
- 3.5. Apoio Braço: Com braços reguláveis;
- 3.6. Cor: preta;
- 3.7. Características adicionais: Encosto em Tela.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS VICE-PREFEITURA

4. CADEIRA ESCRITÓRIO, TIPO II

- 4.1. Material estrutura: Aço;
- 4.2. Material assento/encosto: compensado, espuma injetada;
- 4.3. Material revestimento assento/encosto: polipropileno, espuma injetada;
- 4.4. Densidade espuma assento/encosto: média;
- 4.5. Tipo de base: fixa;
- 4.6. Tipo de Encosto: fixo;
- 4.7. Apoio braço: sem braços;
- 4.8. Cor: preta;
- 4.9. Características adicionais: Estrutura Cromado, 4 pés.

5. CADEIRA ESCRITÓRIO, TIPO III

- 5.1. Material estrutura: aço;
- 5.2. Material assento/encosto: tecido/espuma injetada;
- 5.3. Material revestimento assento/encosto: polipropileno, espuma injetada;
- 5.4. Densidade espuma assento/encosto: média;
- 5.5. Tipo de base: giratória com 5 rodízios;
- 5.6. Tipo encosto: regulável;
- 5.7. Apoio braço: sem braços;
- 5.8. Cor: preta;
- 5.9. Características adicionais: com regulagem de assento e encosto verticais.

6. MESA ESCRITÓRIO

- 6.1. Material Estrutura: aço;
- 6.2. material tampo: aglomerado MDF;
- 6.3. Quantidade de gavetas: 02 und;
- 6.4. Tipo de gaveta: com chave;
- 6.5. Dimensões: largura 0,70m x Altura 0,74m;
- 6.6. Comprimento: 1,20m;
- 6.7. Acabamento estrutura: pintado.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS VICE-PREFEITURA

7. APARELHO AR CONDICIONADO, TIPO I

- 7.1. Capacidade Refrigeração: 9.000 btus;
- 7.2. Tensão: 220v;
- 7.3. Tipo: Split Hi Wall;
- 7.4. Características adicionais: 1 controle remoto s/fio, inverter.

8. CADEIRA ESCRITÓRIO, TIPO IV

- 8.1. Material estrutura: resina termoplástica injetada;
- 8.2. Material assento: compensado/espuma injetada;
- 8.3. Material encosto: polipropileno telado;
- 8.4. tipo de base: giratória com 5 rodízios;
- 8.5. tipo de encosto: espaldar alto c/ apoio de cabeça;
- 8.6. Apoio braço: braços reguláveis;
- 8.7. Cor: preta;
- 8.8. Características adicionais: encosto de cabeça e suporte lombar, quantidade pés 5 um, dimensões assento: 450x490mm, dimensões encosto: 450 x 560 mm.

9. APARELHO AR CONDICIONADO, TIPO II

- 9.1. Capacidade refrigeração: 18.000btus;
- 9.2. Tensão: 220v;
- 9.3. Tipo: split Hi Wall;
- 9.4. Características Adicionais: 1 controle remoto s/fio, inverter.

10. MICROFONE, TIPO: LAPELACADEIRA

- 10.1. Fonte de alimentação: energia elétrica;
- 10.2. Número de baterias: 4 C baterias necessárias (inclusas).
- 10.3. Resposta de frequência;
- 10.4. Alcance até 300 m (1.000 ft);
- 10.5. Sensibilidade de áudio: 115 Db;
- 10.6. Padrão: omnidirecional;
- 10.7. Número de unidades: 1;
- 10.8. Baterias inclusas: sim;



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

- 10.9. Bateria recarregável: sim;
- 10.10. Conexões: sem fio;
- 10.11. Número de canais: 2;
- 10.12. Relação sinal-ruído: 70;
- 10.13. Acessórios: RX *2TX, estojo de carregamento, clipe magnético, clipe traseiro magnético, adesivo;
- 10.14. Características especiais: controle inteligente do cancelamento de ruído, compatível com câmera, Iphone, Android, PC ao Vivo-Preto.

11. ARMÁRIO EM AÇO

- 11.1. Material estrutura: aço;
- 11.2. Quantidade de portas: 02 (duas) und;
- 11.3. Tipo: alto;
- 11.4. Portas: puxador cromado;
- 11.5. Pintura: eletrostática a pó;
- 11.6. Altura: 1.98m, largura: 090m, profundidade: 0,40m;
- 11.7. Quantidade de prateleiras: 7 internas reguláveis.

PLANILHA ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

LOTE I					
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS - EXPEDIENTE	UND	QUANT.	VALOR TOTAL DO LOTE
01	469792	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS PERMANENTES.	UND	01	R\$ ____



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

DETALHAMENTO

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS						
Item	Catmat	Descrição dos Materiais	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	469792	Microcomputador, descrições complementares constantes no apêndice I do Termo de Referência.	und	02	R\$ _____	R\$ _____
2	252505	Estabilizador, descrições complementares no apêndice I do Termo de Referência.	und	01	R\$ _____	R\$ _____
3	484080	Cadeira Escritório, tipo I, descrições complementares constantes no apêndice I do Termo de Referência.	und	05	R\$ _____	R\$ _____
4	475805	Cadeira Escritório, tipo II, descrições complementares constantes no apêndice I do Termo de Referência.	und	03	R\$ _____	R\$ _____
5	298509	Cadeira Escritório, tipo III, descrições complementares constantes no apêndice I do Termo de Referência.	und	02	R\$ _____	R\$ _____
6	262906	Mesa Escritório, descrições complementares constantes no apêndice I do Termo de Referência.	und	04	R\$ _____	R\$ _____
7	458194	Aparelho Ar Condicionado, Tipo I, descrições complementares constantes no apêndice I do Termo de Referência.	und	01	R\$ _____	R\$ _____
8	625040	Cadeira Escritório Tipo IV, descrições complementares constantes no apêndice I do Termo de Referência.	und	01	R\$ _____	R\$ _____
9	458191	Aparelho Ar Condicionado, Tipo II, descrições complementares constantes no apêndice I do Termo de Referência.	und	01	R\$ _____	R\$ _____



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

10	611519	Microfone, Tipo: de Lapela, descrições complementares constantes no apêndice I do Termo de Referência.	und	01	R\$ ____	R\$ ____
11	390668	Armário, material: chapa de aço, tipo: alto, quantidade de portas: 2 un, tipo portas: puxador cromado, com sistema ventilação, acabamento superficial: pintura eletrostática a pó, cor: bege, altura: 1,98m, largura: 0,90m, profundidade: 0,40m, quantidade prateleiras: 7 internas reguláveis com 47 escaninhos cada, tipo bordas: reta descrições complementares constantes no apêndice I do Termo de Referência.	und	03	R\$ ____	R\$ ____

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. A vigência deste instrumento será até 31 de dezembro de 2025, conforme art. 105, da Lei nº 14.133/21, tendo sua eficácia condicionada à data de sua publicação, mediante extrato, no Diário Oficial do Município, nos termos do parágrafo único do artigo 89, §1º da Lei Federal nº 14.133/21.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1 O valor total deste contrato corresponde a quantia de R\$ _____.

3.2 No valor em questão estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS VICE-PREFEITURA

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 11.102 - GAVIC;

PROJETO/ATIVIDADE: 04.122.0403.2141 – Custeio e Investimento;

NATUREZA DA DESPESA: 4.4.9052 – Equipamentos e Material Permanente;

FONTE DO RECURSO: 15000000000 – Recursos Próprios

FICHA Nº: 106;

4.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária Municipal e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

5. CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE

5.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

5.2. Após o período de um ano previsto no item 5.1, os preços poderão ser reajustados anualmente, com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

6. CLÁUSULA SEXTA – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, CONDIÇÕES DA ENTREGA, PRAZO E GARANTIA

6.1. DO LOCAL

6.1.1. O fornecimento do objeto deste instrumento se dará integralmente, em embalagem que os protejam, no seguinte endereço: Avenida Beira Mar, parte 01, nº 500, Centro, CEP 65010-250, São Luís – MA.

6.2. DO PRAZO

6.2.1. O prazo de entrega de todos os objetos é de até 20 (vinte) dias consecutivos, a contar da data da emissão da Ordem de Fornecimento, de acordo com a solicitação do fiscal do contrato;



PREFEITURA DE SÃO LUÍS VICE-PREFEITURA

6.2.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência do devido recebimento para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.2.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Contrato, no Termo de Referência e na proposta ou que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega dos objetos empregados, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, podendo haver dilação deste prazo nos casos em que ficar comprovada impossibilidade real de cumprimento, conforme análise e definição do fiscal do contrato.

6.3. DA GARANTIA E/OU VALIDADE

6.3.1. Entende-se como garantia aquela prestada pelo próprio fabricante ou por rede credenciada pelo fabricante dos referidos bens;

6.3.2. Os bens deverão possuir garantia de pelo menos 12 (doze) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo, exceto o item 1 constante no Apêndice I do Termo de Referência anexo ao processo administrativo de nº _____.

6.3.3. A CONTRATADA deverá fornecer garantia total de 36 (trinta e seis meses) na modalidade on-site, com atendimento em, no máximo, 1 (um) dia útil após o registro da ocorrência e, em caso de não resolução do problema no primeiro atendimento, com o prazo (SLA – Service Level Agreement ou, em português, ANS (Acordo de Nível de Serviço) de 1 (uma) semana corrida para a solução definitiva, para o item 1 constante no Apêndice I do Termo de Referência anexo ao processo administrativo de nº _____.

6.3.4. Os atendimentos de garantia deverão ser realizados pelo próprio fabricante ou por assistência técnica autorizada.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e da regulação municipal, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS VICE-PREFEITURA

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

8. CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência anexo ao processo administrativo de nº _____ e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2. O recebimento definitivo ocorrerá de imediato, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.4. O prazo para a solução, pelo CONTRATADO, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente,



PREFEITURA DE SÃO LUÍS VICE-PREFEITURA

verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.5. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9. CLÁUSULA NONA – MEDIÇÃO DE PAGAMENTO

9.1. RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1.1. Os objetos da contratação serão recebidos nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, e será considerado aceito somente após o recebimento e análise pela CONTRATANTE, nos seguintes termos:

9.1.1.1. **Provisoriamente:** No prazo de 20 (vinte) dias consecutivos pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste instrumento e na proposta.

9.1.1.2. **Definitivamente:** No prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a partir do recebimento provisório, mediante atesto da nota fiscal/fatura, após verificação da qualidade do objeto e consequente aceitação.

9.1.1.3. Na hipótese da verificação a que se refere o item acima não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.1.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.3. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.1.4. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS VICE-PREFEITURA

9.2. LIQUIDAÇÃO

9.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação.

9.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do Órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

10.1. PRAZO DE PAGAMENTO:

10.1.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, com a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo (a) CONTRATANTE, acompanhada das certidões abaixo:

- a) Para com a Fazenda Federal, por meio da Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, assim como a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros conforme Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014, emitida pela Secretaria da Receita Federal, da sede ou domicílio da empresa;



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

VICE-PREFEITURA

- b) Para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa vencedora, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual e Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa vencedora, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede ou domicílio da empresa;
- c) Para com a Fazenda Municipal, por meio de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativa à atividade econômica, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal e Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede ou domicílio da empresa;
- d) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- e) Para com a Justiça Trabalhista, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- f) Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária;
- g) No valor a ser pago pelo fornecimento, compreende todos os serviços necessários à plena execução do objeto, abrangendo todas as despesas ao mesmo, concernentes diretas ou indiretas a materiais, mão de obra e encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, impostos, taxas e licença, custos diretos, indiretos e, enfim, quaisquer outras, ainda que não citadas, sendo a única remuneração devida ao cumprimento das obrigações ora assumidas;

10.1.2. A CONTRATADA deverá realizar cadastro junto à Central Permanente de Licitação de São Luís, através do link <https://saoluis.ma.gov.br/cpl/conteudo/127>, e do endereço de e-mail: cfornecedorcpl@gmail.com



PREFEITURA DE SÃO LUÍS VICE-PREFEITURA

10.2. FORMA DE PAGAMENTO

10.2.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.2.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, quando houver previsão.

10.2.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.2.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Entregar o(s) produto(s), novo(s), conforme especificações do Termo de Referência e em consonância com a proposta de preços, sob pena de impugnação dos mesmos pela fiscalização;
- b) Entregar os objetos acondicionados adequadamente, em caixas lacradas;
- c) Responsabilizar-se pela substituição total ou de partes, na hipótese de se constatar, quando do recebimento, os mesmos estiverem em desacordo com as especificações do Termo de Referência anexo ao processo administrativo de nº _____;
- b) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Dispensa Eletrônica de Licitação;
- c) Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;



PREFEITURA DE SÃO LUÍS VICE-PREFEITURA

- d) Apresentar à CONTRATANTE, o nome do Banco, Agência e o número da conta bancária, para efeito de crédito de pagamento das obrigações;
- e) Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus funcionários venham a causar ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros quando da execução do contrato;
- f) Substituir eventuais produtos que estejam com validade vencida e/ou que não estejam em conformidade com o Termo de Referência e proposta de preços, com as mesmas especificações;
- g) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- h) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na Minuta de Contrato;
- i) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- j) Prever em seu orçamento, todas as despesas diretas e indiretas para o completo fornecimento dos materiais descritos no Termo de Referência anexo ao processo administrativo de nº _____.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA;
- b) Receber os produtos adjudicados, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência anexo ao processo administrativo de nº _____;
- c) Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que a CONTRATADA entregar fora das especificações do Termo de Referência;



PREFEITURA DE SÃO LUÍS VICE-PREFEITURA

- d) Comunicar à CONTRATADA após apresentação da Nota Fiscal, o aceite do servidor responsável pelo recebimento dos produtos adquiridos;
- e) Fiscalizar a execução do contrato, aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso;
- f) Efetuar o pagamento da CONTRATADA no prazo determinado neste instrumento e no Termo de Referência, anexo ao Processo Administrativo nº _____;
- g) Notificar, por escrito à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A CONTRATANTE designará um FISCAL DE CONTRATO, o qual promoverá o acompanhamento da prestação dos serviços e a fiscalização do contrato, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS VICE-PREFEITURA

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I- Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV- Multa:

a) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 dias;

b) O atraso superior a 45 (quarenta e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;

c) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. Antes da aplicação da multa **será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5.1 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

VICE-PREFEITURA

14.5.2 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.6 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.7 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.9 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).



PREFEITURA DE SÃO LUÍS VICE-PREFEITURA

14.10 O Contratante, **no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada em autos próprios, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A CONTRATADA terá direito à extinção do contrato nas hipóteses previstas no Parágrafo Segundo do art. 137 da Lei nº 14.133/21.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A extinção contratual poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

PARÁGRAFO TERCEIRO



PREFEITURA DE SÃO LUÍS VICE-PREFEITURA

A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo.

PARÁGRAFO QUARTO

Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, a CONTRATADA será ressarcida pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

PARÁGRAFO QUINTO

A extinção determinada por ato unilateral desta Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas em Lei e neste Contrato, nas consequências previstas no art. 139 da Lei nº 14.133/2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

17.1. A contratação dos serviços de que trata o presente contrato foi realizado por meio da Dispensa Eletrônica nº XXX/2025, Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 60.156/2024 e demais legislações pertinentes, inclusive o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil Brasileiro.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS VICE-PREFEITURA

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. Sob nenhum pretexto ou hipótese poderá a CONTRATADA subcontratar os serviços objeto deste contrato.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

19.1. Caberá, objetivando restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do Contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de caso fortuito ou do fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, com fulcro no art. 124. Alínea “d” da Lei nº 14.133/2021.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – VEDAÇÕES

20.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução do objeto sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

21.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

22.1 Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, na Imprensa Oficial, no sítio eletrônico e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo previsto no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.



**PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA**

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – GARANTIA DA EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

23.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato, só produzirá seus efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

24.2. A CONTRATADA declara, neste ato, ter pleno conhecimento e compreensão das especificações técnicas, dos documentos e demais condições contratuais, não podendo, pois, em nenhuma circunstância, alegar o desconhecimento dos mesmos, para isentar-se de responsabilidade pela entrega incorreta do objeto;

24.3. A tolerância ou o não exercício, pela CONTRATANTE, de quaisquer direitos a ela assegurados neste contrato ou na Legislação em geral, não importará em renovação ou renúncia a qualquer desses direitos, podendo a CONTRATANTE exercitá-los a qualquer tempo;

24.4. Aplica-se ao presente contrato, o estipulado na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – FORO

25.1. Fica eleito o Foro da comarca de São Luís/MA para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, após haverem lido e concordado, as partes assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal.

São Luís/MA, data do sistema.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

ESMÊNIA MIRANDA FERREIRA DA SILVA
VICE-PREFEITURA DE SÃO LUÍS/MA
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

1º TESTEMUNHA: _____

CPF:

2º TESTEMUNHA: _____

CPF:



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
VICE-PREFEITURA

Elaborado por:



Documento assinado digitalmente

DEISIANE MAIARA MACHADO CRUZ

Data: 06/11/2025 15:11:42-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Deisiane Maiara Machado Cruz
Assessora Jurídica/GAVIC
OAB/MA 15.262 Mat. nº: 6468494